

disponibilidade de espaço, então várias datas são propostas, incluindo 29 e 30 de outubro e 5 de novembro. Há uma menção ao fato de que a data escolhida deve ser divulgada com pelo menos um mês de antecedência, conforme o regimento. Há uma discussão sobre a data e horário para a realização de uma plenária relacionada ao setor cultural. Há sugestões de datas como dia 27 de outubro à noite ou dia 5 de novembro (sábado), com possibilidade de ser realizada à tarde. Alguns participantes levantam questões sobre a disponibilidade dos locais e possíveis conflitos com outros eventos e feriados. Também é mencionada a possibilidade de modificar o prazo mínimo de divulgação da plenária de acordo com o regimento interno, desde que haja consenso entre os participantes. É um diálogo entre os conselheiros e conselheiras que estão discutindo a melhor data para realizar um evento. Eles concordam que é importante realizar o evento em outubro e novembro, antes do final do ano, para evitar conflitos com as eleições. Eles consideram a possibilidade de realizar o evento no dia 11, apesar de ser próximo, mas concordam que é importante divulgá-lo com antecedência. Eles também discutem a importância de mobilizar todos os setores para participarem do evento. No final, eles consideram que o dia 22 de novembro pode ser uma boa data, mas concordam que precisam discutir mais sobre isso. O Conselho está discutindo e votando sobre a data e o local da realização de uma plenária. Eles debatem sobre abrir mão de 30 dias para realização da plenária e se concordam em readequar o regramento. Após algumas discussões, eles votam unanimemente a plenária no dia onze às 18h30 no salão vermelho. Eles também discutem sobre a possibilidade de uma segunda data, dia 22 no sábado à tarde. Alguns participantes fazem observações sobre o regimento e a lei do conselho. No final, é feita a contagem dos votos e definida a data e horário da plenária. Ocorreu uma discussão sobre a data e hora da reunião e sugestões são apresentadas. Alguns participantes não estão disponíveis em certas datas e uma sugestão é feita para que a reunião ocorra em uma quinta-feira à noite, no dia 27. Há uma votação para escolher as datas preferidas, mas algumas pessoas ainda não estão prontas para votar. É discutida a votação de uma data para uma plenária, com a data escolhida sendo o dia 11 de outubro à noite. Em seguida, é feita uma apresentação da LOA de 2023 pelo Edilson, que explica que houve apenas uma atualização monetária dos valores já definidos no PPA para os anos seguintes, com a única mudança substancial sendo a inclusão de um plano de medicamentos para servidores. A LOA reflete exatamente o que foi definido no PPA e distribui um valor fixo para cada área de despesa. Descreve a existência de contratos contínuos de manutenção da máquina e outras despesas, como conta de água, luz, telefone e segurança patrimonial. Além disso, destaca que há dotação orçamentária destinada à contratação de pessoas físicas e jurídicas para eventos, bem como a tributação dessas pessoas. O autor menciona que há valores separados no Plano Plurianual (PPA) para a implementação do plano municipal de cultura e para o plano de turismo, com investimentos específicos destinados a cada um desses planos. É importante respeitar o que foi definido no PPA ao investir nos anos subsequentes uma atualização monetária feita no PPA para ajustar os valores dos próximos anos de acordo com o índice de IPCA. Em casos de contratos fixos, como segurança patrimonial e higiene, existem duas correções anuais, uma de acordo com o IPCA e outra em virtude de aumentos para aquela categoria. Esses contratos muitas vezes têm um aumento acima da inflação, o que pode exigir um remanejamento da habitação orçamentária para outras áreas. É possível fazer uma nova atualização de valores no próximo ano, caso a expectativa de correção do IPCA para o ano seguinte seja superior ao que está previsto no PPA. Sobre a atualização monetária de valores da LDO (Lei Orçamentária Anual) de acordo com o IPCA, que é realizado anualmente. No entanto, alguns contratos, como os de segurança patrimonial e higiene, podem ter aumentos acima do valor da inflação, o que pode exigir remanejamento de orçamento de outras áreas. Um contrato que exigiu remanejamento foi o de vigilância patrimonial. Todas as informações sejam enviadas por escrito para serem compartilhadas com o setor cultural e para que as informações repassadas sejam corretas e oficiais. O autor também acha importante passar informações sobre valores da LDO em dezembro, quando a LDO é cotada e pode sofrer alterações, e a lua definitiva é publicada no final do ano. Discute a importância de receber informações detalhadas sobre o orçamento da Secretaria de Cultura, especialmente em relação ao plano de cultura e a LOA de 2023. Solicita que todas as informações sejam enviadas por escrito para compartilhá-las com outros setores culturais e para poder defender a Secretaria de Cultura perante a câmara, que não é favorável à cultura. Eles também pedem informações sobre o remanejamento de contratos de vigilância patrimonial e questionam o valor de quatro milhões cento e oitenta mil reais que foram colocados na rubrica de plano de cultura para 2023. Finalmente, a pessoa que fala complementa que a LOA de 2023 reflete o Plano Plurianual (PPA) e que é importante esclarecer isso. Uma fala sobre cortes orçamentários que afetaram a implementação do Plano Municipal de Cultura e do Plano de Turismo. Ele explica que foram feitos remanejamentos de orçamento para ajustar contratos fixos, mas que nenhum dinheiro foi destinado para novas iniciativas que não estivessem previstas no Plano Plurianual (PPA). importância da participação da sociedade civil nos processos de planejamento cultural e celebra a aprovação do Plano Municipal de Cultura em todas as instâncias. Ele expressa preocupação com a execução do plano e com a possível perda de recursos que afetaria a reestruturação da Secretaria de Cultura, que é uma das metas do plano. Algumas questões discutidas incluem o remanejamento de dotação orçamentária, o uso de suplementação em caso de aperto financeiro, a importância do diagnóstico diário e a execução do plano da Secretaria de Cultura. Faz um apelo para entender o planejamento real da Secretaria e enfatiza a importância da execução do plano para a sociedade civil. Uma reunião em que vários assuntos são discutidos. Um dos assuntos abordados é a questão dos contratos fixos e compartilhados, que são uma grande despesa após a folha de pagamento. As reapectuações de contratos podem afetar o orçamento da secretaria e é preciso trabalhar com movimentos para deslocar dotações e cobrir a manutenção da máquina. Outro assunto é a apresentação na câmara sobre a LOA de 2023, em que estão sendo separados R\$ 90 milhões em emendas impositivas de vereadores. Metade desse valor deve ser destinado à saúde e a outra metade pode ser dividida entre as secretarias. A mobilização da sociedade civil junto aos vereadores é importante para que as causas da cultura e turismo sejam contempladas. É solicitado que as contribuições dos itens dentro das prioridades do plano municipal de cultura sejam enviadas aos vereadores para que tenham conhecimento da falta dessas áreas na secretaria. O Conselho discute o prazo para apresentação das emendas impositivas na Câmara de Vereadores. Eles mencionam que os vereadores têm até o final de novembro para apresentar suas emendas e que há um prazo para votação e aprovação dessas emendas. Eles também falam sobre a importância de ter métricas para avaliar as ações e transparência para todos os setores. No entanto, eles deixam claro que não é simplesmente uma questão de encaixar as ações no plano municipal de cultura, mas sim de trabalhar de forma consistente. A gestão pública e a importância de criar ações para cumprir um plano. A pessoa responsável pela gestão reconhece que é um exercício e que sempre há espaço para melhorias no processo. Eles afirmam que estão trabalhando para criar instrumentos mais eficientes para acompanhar o orçamento e indicadores do plano. A discussão também aborda a implementação do plano e a importância da transparência na gestão pública. Outro assunto discutido é a falta de dinheiro para a Secretaria de Cultura, que

é considerada uma prioridade pelos contribuintes, e a necessidade de engajar-se na luta pelo aumento do orçamento da secretaria. A pessoa responsável pela gestão reconhece que eles têm uma obrigação de informar as pessoas sobre o assunto e pedir o apoio delas. Eles acreditam que o valor atual do orçamento é incipiente e que a pasta da cultura foi depreciação ao longo de mais de oito anos. A importância da transparência e da participação da sociedade nas decisões relacionadas à cultura. Menciona que a pasta da cultura desapareceu da memória das pessoas, mas que isso levou à criação de leis e conselhos como formas de resistência. Ressalta a importância de discutir os números e investimentos relacionados à cultura de forma clara e objetiva para que a população possa acompanhar e entender. Ele enfatiza que é necessário trazer a sociedade para decidir em conjunto e pressionar quando necessário, uma vez que a cultura é uma política de desmantelamento. Por fim, o autor destaca a importância do apoio da população para avançar no trabalho realizado pela secretaria de cultura. O tema principal é a busca por recursos para festivais. Foi discutida a possibilidade de articular emendas para apoiar festivais e campanhas de popularização. Também foi mencionada a importância de comprometer os vereadores com o apoio a festivais e detalhar melhor como isso seria feito. Além disso, foi sugerido que o assunto seja discutido em um comitê específico para acompanhar e avaliar a implementação das medidas propostas. O autor da conversa propôs que o assunto seja adiado para outra reunião e tratado de forma mais detalhada no comitê. A relação entre a secretaria de cultura e a sociedade civil em relação a emendas e políticas públicas. O autor do texto questiona a responsabilidade da sociedade civil e sugere que a secretaria deve se envolver mais. Também é mencionado o Festival Fevereiro e a criação de uma rede de festivais em Campinas. O autor defende a criação de indicadores culturais e sugere que os funcionários públicos de carreira podem contribuir com suas opiniões. Termina com a proposta de encerrar a reunião para honrar os horários e estabelecer limites para a discussão de cada item na pauta. Não há nenhuma proposta objetiva discutida. Discutem a importância de cumprir horários e de se planejar melhor para seguir a pauta de assuntos a serem tratados. A falta de quórum em uma reunião anterior é mencionada e é sugerido que os participantes se esforcem para comparecer. É divulgada uma semana municipal de ciência, tecnologia e inovação, que inclui acesso à cultura, principalmente para escolas. A reunião é encerrada e os participantes são agradecidos pela presença. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião, da qual eu, Silvanete Maria dos Santos Sales do Nascimento, lavro a presente ata.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA SME Nº036, DE 30 DE MARÇO DE 2023

O Secretário Municipal de Educação no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º da Resolução SME/Fumec nº 4, de 18 de julho de 2007, com fundamento na Resolução CME nº 1, de 1 de março de 2018, na Resolução SME nº 7, de 12 de setembro de 2018 e considerando o parecer da comissão nomeada pela Portaria Nacd Sul nº 35, de 17 de dezembro de 2019, conforme consta no processo protocolado nº 2018/10/2206, RESOLVE:

Art. 1º Credenciar e autorizar o funcionamento da escola privada de Educação Infantil ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL PASSO MÁGICO LTDA, CNPJ 04.887.748/0002-90, Filial, localizada na Avenida Jorge Tibiriçá, nº 1726, Vila Maricá, no Município de Campinas, Estado de São Paulo, abrangida pelo Sistema Municipal de Ensino de Campinas, para o atendimento de crianças de zero a cinco anos e onze meses de idade (creche e pré-escola).

Art. 2º Os responsáveis pela escola ficam obrigados a manter o Projeto Pedagógico e o Regimento Escolar adequados às normas baixadas pelo Conselho Nacional de Educação, Conselho Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta portaria, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas, 30 de março de 2023

JOSÉ TADEU JORGE

Secretário Municipal de Educação

CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

Ata da 3ª reunião do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB/Campinas, mandato 2023-2026, realizada aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às 09h15m. A reunião aconteceu nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Barreto Leme, 1557, Centro, conforme convocação publicada no DOM de vinte de março de dois mil e vinte e três, com as seguintes pautas: primeira - Análise da prestação de contas referente ao mês de fevereiro/2023 e aprovação; segunda - Verificação, esclarecimento e aprovação da Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação; terceira - Informação de Capacitação para os Conselheiros do FUNDEB e quarta - Informes gerais. Cabe informar que todos os conselheiros receberam os documentos por e-mail, no dia vinte de março de 2023 para análise e também a publicação da convocação. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Rafael Rodrigues Pereira, representante titular do Poder Executivo Municipal; Donizete Aparecido Domingues Mendes, representante titular do Poder Executivo Municipal; Ariana Paula Freitas Orlando, representante titular dos Professores da Educação Básica Pública; Gabriela Franco Zansavio, representante titular dos Servidores Técnico-Administrativos; Daniela dos Anjos de Andrade, representante titular dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública; Lisandra Karolaine Alonso Cidalino da Silva, representante titular dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública; Luzia das Graças Assis, representante titular do Conselho Tutelar; Riza Amaral Lemos, representante titular dos Diretores das Escolas Básicas Públicas; Solange Loureiro Pozzuto, representante titular do Conselho Municipal de Educação. E também estiveram presentes Rosana Correia de Moura, diretora do Departamento Financeiro e Daniel Miranda da Silva, coordenador financeiro da Secretaria Municipal de Educação. A conselheira Ariana Paula, que é presidente deste conselho, iniciou a reunião dando boas-vindas a todos e passou a fala para Rosana, Diretora Financeira, para apresentação da primeira pauta - Receitas e Despesas do FUNDEB de janeiro, que será anexada a esta ata. Rosana apresenta o Daniel e informa que ele é o novo coordenador financeiro e que passará a apresentar as receitas e despesas nas reuniões deste conselho. Informa que a conciliação bancária será enviada posteriormente aos conselheiros. A conselheira Solange solicita que os documentos para análise dos conselheiros sejam encaminhados com mais antecedência, para terem mais tempo de analisarem. Então ficou definido que serão enviados na quinta-feira

